



CARTILHA SOCIOEDUCATIVA: Um relato de experiência de estágio específico I do curso de Psicologia no campo CREAS Fortaleza – CE.

Marília Barreto Ximenes

Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro

marilia.ximenes@aluno.unifametro.edu.br **Narlla**

Andrade de Sousa

Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro

narllasousa@gmail.com **Raiane Fernandes**

Rodrigues

Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro

raiane.rodrigues@aluno.unifametro.edu.br

Amanda Livia de Lima Cavalcante

Docente - Centro Universitário Fametro - Unifametro

amanda.cavalcante@professor.unifametro.edu.br

Área Temática: Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação

Área de Conhecimento: Ciências da Saúde

Encontro Científico: X Encontro de Iniciação à Pesquisa

Introdução: É fundamental para o cumprimento das Medidas Socioeducativas que os socioeducandos e suas famílias compreendam o significado, seus objetivos e suas responsabilidades no processo socioeducativo de responsabilização juvenil. Além disso, faz-se importante a compreensão de todos os aspectos citados anteriormente nos eixos de assistência social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. No entanto, a partir da experiência de estágio percebeu-se que, muitas vezes, a explicação desses aspectos acontece em uma linguagem inadequada para o adolescente e sua família, tendo acúmulo de dúvidas que podem influenciar de forma negativa no desempenho da medida. **Objetivo:** Objetivando facilitar o entendimento desses processos e contribuir diretamente com o engajamento nas medidas socioeducativas, as discentes do estágio específico 01 do campo de estágio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS do Conjunto Ceará e Rodolfo Teófilo, sob orientação da professora supervisora, desenvolveram uma cartilha com o foco educativo a fim de reunir informações relevantes acerca das Medidas Socioeducativas em modalidade de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. A partir do exposto o objetivo dessa produção

acadêmica se configura em apresentar a produção de uma cartilha produzida na disciplina de estágio específico 1 no campo das medidas socioeducativas em meio aberto. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi relato de experiência, e a produção da cartilha resultou em pesquisas atualizadas no campo da socioeducação (CAVALCANTE, 2019; ZANELLA, 2011; SAVIANI, 1984) acerca da temática, bem como as legislações fundamentais nesse contexto como Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006). A produção da cartilha se deu de modo conciso e didático a fim de auxiliar na compreensão e facilitar o uso da mesma durante os atendimentos no CREAS. **Resultados e Discussão:** Acerca dos resultados, a cartilha se apresenta como uma ferramenta de auxílio para a produção de sentido e responsabilização do socioeducando dentro da Medida, uma vez que possuindo o enfoque restaurativo auxilia no entendimento do processo de responsabilização para além da aplicação da sanção, o material didático se articula, ainda, com a proposta potencializadora do Plano Individual de Atendimento (PIA). **Considerações finais:** Por fim, concluímos que essa materialidade se configura como uma ação propositiva que pode auxiliar tanto os profissionais por potencializar o método de atendimento, quanto os adolescentes e seus familiares, por trazer possibilidades de um maior processo de conscientização/entendimento e engajamento na medida socioeducativa.

Palavras-chave: Medida Socioeducativa; Socioeducação; Adolescentes.

Referências:

BISINOTO, C. et. al. **SOCIOEDUCAÇÃO: Origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo.** Psicologia em Estudo, vol. 20, núm. 4, 2015, pp. 575-585 Universidade Estadual de Maringá Maringá, Brasil

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 7 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 7 out. 2022.

CAVALCANTE, Amanda Lívia de Lima. "**Antes eu deixava a vida me levar, agora sou eu quem levo minha vida**": Sentidos de responsabilização produzidos por adolescentes em



CONEXÃO UNIFAMETRO 2022

XVIII SEMANA ACADÊMICA

ISSN: 2357-8645

cumprimento de medida socioeducativa. 2019. 91f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Fortaleza (CE), 2019.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO Agosto 2005. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>.

ZANELLA, Andréa Vieira; GROFF, Apoliana Regina; SILVA, Dâmaris Oliveira Batista da; *et al.* **Jovens, juventude e políticas públicas: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011).** Estudos de Psicologia (Natal), v. 18, n. 2, p. 327–333, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/dq3zkmx66ZVbcCdy7DtGtxG/?lang=pt>>. Acesso em: 28 out. 2022.